



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F488	Filosofia contemporânea [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-708-6 DOI 10.22533/at.ed.086191710 1. Filosofia – Estudo e ensino. I. Machado, Maria Izabel. CDD 100.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Filosofia Contemporânea” aqui apresentada é composta de 12 capítulos que têm como fio condutor as contribuições da filosofia para pensar o hoje. Embora a filosofia seja o alicerce sobre qual se assentam as reflexões desenvolvidas na obra cabe destacar seu caráter multidisciplinar, uma vez que ao se desafiarem a produzir reflexões sobre o vivido os autores e autoras o fizeram considerando o dinamismo da existência e a complexidade do existir.

Os temas desenvolvidos ao longo da obra foram ordenados de maneira a aproximar tematicamente seus autores, razão pela qual não há uma ordem de importância numericamente estabelecida. Do primeiro ao último o mérito está na reflexão em si e não na relevância do trabalho.

Dentre os primeiros quatro capítulos se encontram reflexões focadas no sujeito e nos desafios de existir frente ao sofrimento, frente ao absurdo da vida. As tensões entre liberdade, vontade e responsabilidade nos conduzem a um empreendimento reflexivo que como menciona um dos autores nos sensibiliza para o perpétuo nascer e perecer da existência.

As temáticas do segundo bloco de capítulos, entre o 5º. E 7º, reúnem reflexões acerca da modernidade e seus desafios. Se fosse possível concentram em uma questão poderíamos perguntar: o que estamos fazendo do mundo e de nossas vidas nele? As tecnologias que de forma quase totalitária orientam nosso cotidiano contemporaneamente também impõem seus custos: se por um lado nos lançam para o progresso, de outro nos recordam dos desafios éticos da manipulação da vida, dos perigos do sequestro de sentido pelo uso incessante de equipamentos e nos confinam no encurtamento do tempo.

O terceiro e último bloco tem um caráter, se assim podemos afirmar, mais propositivo. É possível nos resgatar como humanidade? É possível que a beleza e o compromisso ambiental nos restabeleçam sentidos adormecidos? As contribuições presentes a partir do 8º. Capítulo nos convidam, desta forma, a pensar acerca das contribuições filosóficas não apenas para uma vida boa, mas para uma vida melhor. Esse caminho, como chama a atenção um dos autores, só será possível mediante o compromisso com a natureza, com nossos pares e com nossa própria subjetividade.

Desta maneira convidamos leitores e leitoras a essa viagem pela busca de sentido, na problematização da vida e nas práticas transformadoras tendo a filosofia como farol.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NOÇÃO DE TRIEB E SOFRIMENTO EM SCHOPENHAUER E FREUD	
Suely Poitevin	
DOI 10.22533/at.ed.0861917101	
CAPÍTULO 2	8
A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO	
Juliano Bernardino de Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.0861917102	
CAPÍTULO 3	20
AS TEORIAS DO RECONHECIMENTO: CHARLES TYLOR E AXEL HONNETH	
José Vitor Lemes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0861917103	
CAPÍTULO 4	35
O MAL EXECUTADO POR PESSOAS NORMAIS E SENSATAS: DOS HORRORES DO NAZISMO À MODERNIDADE LÍQUIDA	
Fernando Zan Vieira	
Waislan Nathan Ferreira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917104	
CAPÍTULO 5	39
PARIS NO SÉCULO XX, LISBOA NO SÉCULO XXI OU A MONOTONIZAÇÃO DO MUNDO: A IDEIA DE CIDADE NO ANTROPOCENO	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.0861917105	
CAPÍTULO 6	51
CRISE, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E COMPRESSÃO DO ESPAÇO-TEMPO NA CONTEMPORANEIDADE	
José Rangel de Paiva Neto	
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.0861917106	
CAPÍTULO 7	63
A RAZÃO COMUNICATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A RAZÃO INSTRUMENTAL NA BIOÉTICA GENÉTICA	
Miguel da Silva Santos	
José Luis Sepúlveda Ferriz	
DOI 10.22533/at.ed.0861917107	
CAPÍTULO 8	75
MARCUSE E A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: UMA INTRODUÇÃO	
Helio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0861917108	

CAPÍTULO 9	83
UMA LEITURA ESTÉTICA DO REI DO POP À LUZ DO PENSAMENTO KANTIANO	
Cláudia de Araújo Marques	
Marcos Antonio Firmino	
Renato Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917109	
CAPÍTULO 10	91
FILOSOFIA DO DIREITO: UMA BREVE ANÁLISE	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Cesar Bonin	
DOI 10.22533/at.ed.08619171010	
CAPÍTULO 11	105
O ENGAJAMENTO E O ENSINO FILOSOFIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE ELISETE TOMAZETTI	
Maria Catarina Ananias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.08619171011	
CAPÍTULO 12	115
UMA ARTICULAÇÃO ECOSÓFICA NA CONTEMPORANEIDADE	
Kellison Lima Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.08619171012	
SOBRE A ORGANIZADORA	125
ÍNDICE REMISSIVO	128

PARIS NO SÉCULO XX, LISBOA NO SÉCULO XXI OU A MONOTONIZAÇÃO DO MUNDO: A IDEIA DE CIDADE NO ANTROPOCENO

Bruno Rego

Centro de Estudos Comparatistas da
Universidade de Lisboa
Lisboa, Portugal

PARIS IN THE TWENTIETH CENTURY, LISBON IN THE 21ST CENTURY OR THE MONOTIZATION OF THE WORLD: THE IDEA OF CITY IN THE ANTHROPOCENE

RESUMO: Este ensaio pretende reflectir sobre a relação entre cidade, tecnologia e economia no Antropoceno. Parte da visita a uma Paris distópica de um romance desconhecido de Jules Verne, *Paris no Século XX*, um esboço sombrio, porém actual, do humano numa sociedade hipertecnológica, para sustentar que na era do Antropoceno, sob diversas manifestações, a digitalização tecnológica da realidade e a uniformidade da racionalidade económica estão a desmaterializar e a unidimensionalizar a vivência cultural e histórica da cidade. Em seguida, convoca-se Lisboa do século XXI como exemplo privilegiado da “monotonização do mundo” do habitar o espaço urbano, imposta por um determinado paradigma económico e tecnológico de pensar a ideia de cidade. Conclui-se afirmando que cabe às humanidades, e não apenas à racionalidade económica e tecnológica, um papel mais activo no repensar a construção de lugares de habitabilidade da cidade, sob pena de esta se assemelhar à desencantadora Paris de Verne.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Tecnologia, Antropoceno, Unidimensionalidade

ABSTRACT: This essay intends to reflect on the relationship between city, technology and economy in the Anthropocene. We begin by visiting a dystopian Paris of a barely known Jules Verne’s novel, *Paris in the Twentieth Century*, a dark sketch of human condition in a hyper technological society, to claim that in the age of the Anthropocene, under several ways, the technological digitalization of reality and the economic rationality’s uniformity are dematerializing and standardizing the city’s cultural and historical experience. After this we explore the landscape of Lisbon in the twenty-first century as a prime example of the “monotonization of the world” in terms of inhabiting the urban space, a phenomenon brought by a certain technological and economic paradigm of thinking the idea of city. We finish by arguing that humanities, and not only the technological and economic rationality, must have a greater role in the task of rethinking the city’ inhabitability places. Only then it will be possible to avoid the resemblance of the contemporary city with Verne’s disenchanting Paris.

KEYWORDS: City, Technology, Anthropocene, One-dimensionality

“A literatura está morta, meu filho – respondeu o tio. – Repara nas salas desertas e nestes livros esquecidos no meio da poeira;” (Verne, 1995: 60)

Em memória de Oswaldo Market (1927-2016) que, dialogicamente, me conduziu por apaixonantes cidades filosóficas

1 | ANATOMIA DE UMA DISTOPIA PARISIENSE

Se os labirintos do acaso não tivessem permitido a redescoberta de *Paris no Século XX*, careceríamos hoje de um esboço actualíssimo sobre a desumanização e a unidimensionalização das cidades contemporâneas traçado pela prodigiosa imaginação de Jules Verne. Nas próximas páginas, constataremos que este romance é uma metáfora literária que exprime algumas das inquietações do nosso tempo antropocénico, ainda marginalmente perceptíveis na década de sessenta do século dezanove.

Existem deliciosas “ironias” em torno desta obra. Eis a primeira: escrita por Verne em 1863, mas recusada pelo seu editor por estar longe dos pergaminhos literários que *Cinco Semanas em Balão* (a sua primeira obra publicada) augurava, *Paris no Século XX* foi sepultada no anonimato de uma gaveta para uma revisão futura que nunca aconteceria. Permaneceria cento e trinta longos anos desaparecida, até ser redescoberta por um bisneto do autor em 1989. Celebrada como um grande acontecimento literário, a obra inédita de Verne chegou finalmente às mãos do público em 1994.

Uma segunda deliciosa “ironia”: não foi apenas a falta de uma certa qualidade literária que impediu a sua publicação na época em que foi escrita. A tonalidade sombria da trama de *Paris no Século XX* apresenta-nos um Verne diametralmente oposto à figura que a posteridade registou. Não encontramos aqui o apóstolo do optimismo tecnológico e científico que enaltece as conquistas do progresso do século XIX. O enredo crepuscular que dimana desta obra, através das desventuras do seu protagonista, Michel Dufrénoy - parcialmente inspirado na vida de Edgar Allan Poe numa sociedade industrial e materialista como a norte-americana (Taves, 1997: 134) - revela uma certa aura de pessimismo existencial (Evans, 1995: 37). Mas não só. Flirta inconscientemente com o género distópico, antecipando em várias décadas certos traços de uma atmosfera humanamente asfixiante de clássicos do género como *Nós* de Zamiatine, *Admirável Mundo Novo* de Huxley ou *1984* de Orwell.

Para lá destes apontamentos, há que perguntar: o que faz de *Paris no Século XX* um esboço tão actual do nosso tempo? A resposta está na relação entre cidade, tecnologia e economia. Percorrendo a atmosfera desta metrópole imaginada por Verne é possível desenvolver a tese central deste ensaio: na era do Antropoceno, sob

diversas manifestações, a digitalização tecnológica da realidade e a uniformidade da racionalidade económica estão a desmaterializar e a unidimensionalizar a vivência cultural e histórica da cidade. Falemos, então, de cidades. Penetremos no coração desta Paris sitiada pelos despóticos grilhões da tecnologia.

2 | PARIS, 1960: VISITA GUIADA PELO *BOULEVARD* DO DESENVOLVIMENTO TECNOECONÓMICO COM VISTA PARA A *RUE* DA EFICIÊNCIA PRODUTIVA

Paris, Agosto de 1960. É a época para onde Verne nos transporta e onde decorre a acção do seu romance. Paris, metrópole financeira e cosmopolita, Meca do florescimento económico onde “(...) havia, pois, uma abundância de capitais, e mais ainda de capitalistas, em busca de operações financeiras ou de negócios industriais” (Verne, 1995: 27). Substitua-se aqui negócios industriais por tecnológicos e reconhece-se facilmente a semelhança desta Paris com qualquer grande metrópole actual.

Paris já não é a grande capital das belas-artes e das *belles-lettres*. É o expoente máximo, a cristalização consumada de uma modernidade tecnocientífica e tecnoeconómica numa fase de avançada maturidade histórica. A sua essência reduz-se à sagrada trindade do capitalismo, velocidade, eficiência e produtividade, “(...) onde a multiplicidade dos negócios não consentia qualquer descanso nem nenhum atraso” (Verne, 1995: 43). Em que a evolução de meios de comunicação como a telegrafia eléctrica e a telegrafia fotográfica (Verne, 1995: 63) permitem interacções e transacções comerciais à distância, antecipando assim alguns dos princípios do grande meio de comunicação do nosso século, a internet. Embora baseando-se em descobertas tecnológicas efectuadas na sua época, a singular imaginação de Verne não cessa de surpreender pela sua aproximação à realidade.

Traçada em longas e largas avenidas, de forma a permitir a incessante circulação de tráfego e onde, repare-se neste sublime detalhe da presciência do imaginário do autor, existem já vias reservadas a certos meios de transporte para evitar congestionamentos de trânsito (Verne, 1995: 43), o tecido desta cidade está pejado de hordas de uniformes transeuntes correndo apressadamente em todas as direcções. Paris é um caleidoscópio de ensurdecedores zurzires de veículos laborando dia e noite nas ruas em perpétuo movimento, de edifícios de escritórios das mais variadas actividades profissionais exercidas sob o primado do utilitarismo e do lucro, de sumptuosos estabelecimentos comerciais amplamente iluminados. Em suma, um fresco da vida urbana que nos soa invulgarmente contemporâneo.

Porém, até uma metrópole cujo principal motivo de existência é prestar culto indistinto às divindades do crescimento económico e do progresso industrial confronta-se com constrangedoras deficiências ao nível do planeamento urbano. Neste espaço imaginário que se apresenta com todos os sintomas das grandes metrópoles hiperpopuladas, Verne antevê fenómenos comuns ao urbanismo do nosso século. A

Paris de 1960 sofre de carências habitacionais motivadas não só pela prevalência de interesses imobiliários privados (Verne, 1995: 77-78), bem como devido ao excesso de população. Algo que se pode confirmar por esta passagem do texto: “(...) arranjar casa mostrava-se então difícil numa capital demasiado pequena para os seus cinco milhões de habitantes” (Verne, 1995: 77).

E, claro, decorrente do progresso tecnológico e industrial associado ao sobrepovoamento urbano, a cidade vê-se igualmente perante outro fenómeno que nos é familiar e que era já um efeito pernicioso da Revolução Industrial no século dezanove: a poluição (Verne, 1995: 78). Atente-se nas palavras que Verne coloca na boca de uma das personagens da sua obra:

“(...) num espaço de dez léguas em redor de Paris, já nem há atmosfera! Tínhamos inveja do ambiente de Londres e, através das dez mil chaminés das fábricas, por causa do fabrico de produtos químicos, do guano artificial, dos fumos do carvão, dos gases deletérios e dos miasmas industriais, acabamos por criar uma atmosfera parecida com a do Reino Unido.” (Verne, 1995: 135)

Até este momento somos capazes de reconhecer perfeitamente os ritmos e cadências inscritos na metrópole de Verne. Em certa medida, são os ritmos e cadências da vida urbana contemporânea. Em vez de 1960 projectado pelas lentes de 1863, o ano poderia ser 2019. E esta Paris poderia ser qualquer grande metrópole actual. Contudo, as semelhanças não se ficam por aqui.

3 | PARIS, 1960. O CHARME OPRESSOR DO PROGRESSO OU O DECLÍNIO DA(S) HUMANIDADE(S): DO SACRÉ COEUR DA DISTOPIA À NOTRE DAME DA UNIDIMENSIONALIDADE

Prossigamos, no entanto, este itinerário pela cidade imaginada por Verne. Deixemos a sua descrição geral e penetremos mais profundamente no seu pulsar humano. Através da forma como trata a cultura humanística divisaremos certos traços de crescente uniformização nas modalidades do habitar da cidade impostos pela hegemonia da racionalidade económica e tecnológica. É este o grande mérito deste romance de Verne: a sua inesperada contribuição para pensar cidade, tecnologia e economia no Antropoceno.

A Paris de 1960 tem o obsidiante aroma de distopia. Nela não haveria espaço para a vida boémia descrita por Henri Murger em 1849 ou para *flâneurs* pintores da vida moderna da estripe de um Baudelaire interpelando, e socorreremo-nos aqui do título de um livro de um famoso cronista brasileiro do início do século vinte, João do Rio, a alma encantadora das ruas. Esta cidade não é para *dandies*. Muito menos para poetas. Se nela habitasse, Rimbaud, perdedor magnífico na Paris do seu tempo, certamente ter-se-ia exilado muito mais cedo na Abissínia.

Quanto ao pulsar da vivência humana, é uma cidade cerceada pelas muralhas invisíveis do mais puro rigor matemático. Sem possibilidade de fuga ou de dissidência.

Sem laivos de imaginação ou de ironia. E, sobretudo, sem humor. Não se exprimindo em sentido literal, mas ilustrando perfeitamente o espírito do tempo e da atmosfera daquela Paris, uma das personagens da obra de Verne afirma que “O riso é punido com a morte na nossa época, que é séria” (Verne, 1995: 74).

Numa sociedade em que se tornou despiciendo o estudo da história, e sem memória pela primazia que dá à actualidade do tempo presente obnubilando o passado (Verne, 1995: 33), visa-se encaminhar a existência humana para o primado da utilidade como via de sentido único e o sentido da vida explica-se através de engrenagens e de transmissões mecânicas (Verne, 1995: 47). Não é, pois, de espantar que o lema de vida do parisiense comum seja “(...) trabalhe no sentido de se tornar um homem prático!” (Verne, 1995: 50).

À semelhança de qualquer clássica ficção distópica, cada individuo é, ele próprio, um elemento que faz parte de uma engrenagem sociopolítica amplamente maior do que ele (Verne, 1995: 75), que o transforma numa espécie de funcionário cansado (evocando aqui o célebre poema de António Ramos Rosa com o mesmo título), num amorfo e acrítico analfabeto funcional (Verne, 1995: 28), incapaz de exercer livre e plenamente a sua autonomia enquanto ser social.

Esta cidade não ama a liberdade e dispensa de bom grado livres-pensadores. Sade ou Laclos não sobreviveriam nela. A Paris imaginária de 1960 é a antítese da Paris revolucionária de 1789 ou 1871. Qualquer convite ao inconformismo ou à diletante perturbação dos valores instituídos são prontamente aniquilados pela hegemonia da racionalidade tecnoeconómica e tecnocientífica vigente, fazendo da cidade não a capital do século dezanove, como anuncia um clássico texto de Walter Benjamin, mas sim a capital da normalização dos instintos e pulsões do humano.

Atente-se na forma como a cidade administra a sua política cultural. E como a conforma ao incentivo da ascensão da insignificância e da mediocridade. Nesta Paris, a criação autoral de peças de teatro deixou de ser feita por autores independentes para ficar sob a alçada de uma instituição estatal designada como Grande Círculo Dramático que tem a seu cargo a última palavra sobre que peças devem ser ou não apresentadas ao público. Esta passagem ilustra perfeitamente as directrizes culturais de um paradigma sociopolítico assente numa racionalidade tecnocientífica e tecnoeconómica levadas ao extremo:

“Mas se o *Grande Círculo* não produzia grandes obras, pelo menos divertia o público mais dócil com diversas obras inofensivas; deixou-se assim de representar os autores antigos e apenas por vezes, como excepção, é que Molière era representado no *Palais Royal*, por entre canções e pantominas dos senhores comediantes; mas Hugo, Dumas, Ronsard (...) estavam eliminados em massa.” (Verne, 1995: 148).

A Paris de 1960 não se compadece com a originalidade. É ingrata para com a espontaneidade da criação artística. A figura do autor assemelha-se inteiramente à do cidadão parisiense comum: docilmente amestrado pelo espartilho do conformismo. Na voz de um dos funcionários (que, por decisão política, substituíram os autores na

criação de peças) do Grande Círculo:

“(…) não temos que criar nada; aqui dentro, sabe, a personalidade deve desaparecer, tem de se enquadrar num vasto conjunto de obras medianas” (Verne, 1995: 150).

Deparamo-nos com a mesma paisagem árida em todas as actividades que não possuam um cariz tecnológico ou industrial e não apontem ao primado da prática e da utilidade. A Paris de Verne, tecnocientífica e tecnoeconómica, coloniza de tal forma todas as esferas de pensamento e de acção na esfera pública que, tendo a política se tornado numa mera forma de legitimar as decisões tomadas pela aliança economia/ indústria, a existência de jornais é algo de verdadeiramente supérfluo e antiquado. Como corolário disso, a imprensa e o jornalismo são algo do passado (Verne, 1995: 142).

Assim como a poesia que, incapaz de procurar a sua inspiração temática no divino, no humano ou na natureza, celebra agora apenas, como é socialmente aconselhável e comercialmente a única via de se ser bem-sucedido na arte das musas, os grandes feitos tecnológicos e industriais (Verne, 1995: 55). A razia produzida pela higienização paradigmática da racionalidade tecnocientífica e tecnoeconómica é tal que, naquele sombrio ano de 1960 nos círculos de poder a ela afectos, relativamente à reorganização dos currículos universitários, “Corre o boato de que as cadeiras de letras, em virtude de uma decisão tomada na assembleia geral de accionistas, serão suprimidas no ano lectivo de 1962” (Verne, 1995: 112).

E porque não conduzir as humanidades à sua extinção se, à semelhança do que acontece no teatro em que os grandes autores foram condenados ao exílio pela espuma normalizadora dos dias e pela banalidade do tempo de uma época que cortou o cordão umbilical com o passado, a *Compilação dos Problemas Eléctricos* ou o *Tratado Prático de Lubrificação das Rodas Motrizes* e outras obras práticas do género (Verne, 1995: 54) expulsaram definitivamente toda e qualquer obra de literatura, ensaio ou poesia das estantes das livrarias e bibliotecas públicas e privadas?

Em Paris, no ano da graça de 1960, dá-se por completo a aniquilação da cultura humanística e do livro enquanto objecto de cultura, ao ponto de qualquer autor de literatura, poesia, teatro ou ensaio do século anterior ser absolutamente desconhecido, figura de um passado arcaico e pré-industrial que não merece celebração ou evocação, incapaz de ser encontrado numa livraria.

Embora não possa ser considerado sob qualquer acepção um pensador da cidade, ao elaborar esta Paris perfumada de fragâncias distópicas, teria o jovem Verne pressentido que este seria o único desfecho possível, isto é, que a existência de uma racionalidade tecnoeconómica radical conduziria à completa aniquilação das humanidades? Verne, registe-se este apontamento, não foi o único autor a aflorar esta questão no século dezanove. Não sendo um tema de todo expectável de abordagem à época, o fim da cultura literária face aos desenvolvimentos do progresso tecnológico foi também tratado, mais uma vez em França, num conto de 1895 intitulado «O

fim dos livros», escrito por Octave Uzanne, autor e bibliófilo hoje em dia votado ao esquecimento.

Não deixa, no entanto, de ser uma sublime coincidência que Verne, em 1863, tenha antecipado de forma tão lúcida um tema que está presente na nossa realidade. Longe de ser uma mera miragem, o declínio das humanidades motivado pela hegemonia da racionalidade tecnológica é uma questão de incontornável actualidade. A este respeito confira-se um excelente ensaio de Michael Massing, “Are the Humanities History?”, publicado recentemente na *New York Review of Books*.

Tendo em conta tudo o que nela está em jogo, pela actualidade dos seus temas, não deixa de nos causar uma profunda perplexidade que *Paris no Século XX*, embora destituída do fulgor e pujança de outras obras que Verne nos legou, não tenha sido ainda alvo de maior atenção por parte da comunidade científica desde que foi publicada há vinte e cinco anos. Com excepção de algumas recensões aquando da sua publicação e de dois ou três artigos publicados na década de 1990 em revistas académicas de ficção científica, tanto a academia como os circuitos literários fora dela persistem sonambulamente afastados do contacto com esta obra.

É que algumas pistas para interpretar o nosso mundo estão ali dadas. Os desafios da crescente digitalização da realidade ao nosso redor confirmam-no. E são visíveis até nas próprias cidades. Os seus efeitos, fruto igualmente de um certo tipo de racionalidade económica e tecnológica, têm vindo a metamorfosear irreversivelmente a paisagem contemporânea das cidades no que diz respeito à desmaterialização da sua realidade no aspecto cultural e histórico e a conduzir à unidimensionalização da vivência no seu espaço. A passagem do espaço imaginário da Paris de 1960 para o espaço real de Lisboa no século XXI dar-nos-á mais pistas sobre o que acabámos de afirmar.

4 | LISBOA NO SÉCULO XXI OU A MONOTONIZAÇÃO DO MUNDO: PARA ONDE CAMINHA A IDEIA DE CIDADE NA ERA DO ANTROPOCENO?

Se Jules Verne projectou e construiu imaginariamente uma cidade dominada pela racionalidade tecnoeconómica e tecnocientífica, um outro notável escritor, Stefan Zweig, vivenciando a vertigem e o desencanto que a dissolução do seu mundo de ontem na cosmopolita Viena Austro-húngara lhe provocou, foi um dos primeiros a constatar no início do século vinte o carácter uniformizador que o progresso tecnológico pode assumir na vivência das cidades.

Num ensaio intitulado “A Monotonização do Mundo”, publicado a 31 de Janeiro de 1925 no jornal vienense *Neue Freie Presse*, o autor austríaco apreende sintética, mas magistralmente, a alienação que o progresso tecnológico é capaz de provocar, fruto da expansão da primeira vaga de meios de cultura de massas como a rádio, o cinema ou o futebol.

Contudo, não é a crítica à cultura de massas que interessa ao nosso propósito. O que importa sublinhar é a forma como Zweig inicia o seu ensaio. Reconhecendo “(...) a preponderância da técnica como principal fenómeno da nossa época” (Zweig, 2013: 129), as suas palavras denunciam um fenómeno que estava apenas na sua aurora e que a crescente e imparável digitalização da realidade do nosso século tem vindo a amplificar muito para lá do que seria possível imaginar à época.

Este excerto escrito há quase cem anos não só encaixa perfeitamente no *modus vivendi* da cidade imaginária de Verne, como identifica uma tendência real imanente às cidades no Antropoceno:

“Impressão intelectual mais forte de todas as viagens dos últimos anos, apesar de todo o contentamento: um leve horror da monotonização do mundo. Tudo se torna mais uniforme nas manifestações da vida exterior, tudo se nivela de acordo com um esquema cultural homogéneo. Os hábitos individuais de cada povo se desgastam, os trajes se uniformizam, os costumes se internacionalizam. Cada vez mais os países parecem se encaixar uns nos outros, as pessoas agem e vivem conforme um esquema, as cidades se assemelham cada vez mais fisicamente.” (Zweig, 2013: 129)

De todo este parágrafo, detenhamo-nos particularmente nesta passagem da última frase: “as cidades se assemelham cada vez mais fisicamente”. Ela será o farol que irá nortear o rumo da tese que defendemos no início destas páginas e que retomamos agora: na era do Antropoceno, sob diversas manifestações, a digitalização tecnológica e a uniformidade da racionalidade económica estão a desmaterializar e a unidimensionalizar a vivência cultural e histórica da cidade.

A história de Michel Dufrénoy, o jovem aspirante a poeta em *Paris no Século XX*, não termina com um final feliz. A hegemonia da racionalidade tecnocientífica e tecnoeconómica da cidade não permite descortinar outras alternativas viáveis de existência no seu seio. Transformemos agora Dufrénoy num habitante de uma cidade contemporânea e coloquemos as seguintes questões: que tipo de cidade é possível habitar na era do Antropoceno? Um território moldado pela unidimensionalidade da racionalidade tecnocientífica e tecnoeconómica como a Paris do Século XX que Verne descreve?

Os cenários que se têm apresentado na última década parecem corroborar definitivamente a tendência apontada por Zweig no seu ensaio, sendo possível identificar um padrão unidimensionalizante motivado por vários factores. Podemos, mesmo, arriscar afirmar o seguinte: esse padrão unidimensionalizante está a despojar gradualmente a cidade da diversidade da sua memória histórica, encapsulando-a num depósito estanque de recordações museológicas. Sem incorreremos no desejo de querer efectuar qualquer estudo de caso pormenorizado, vejamos como a cidade de Lisboa na actualidade ilustra bem o que acabámos de afirmar.

Fruto de diversas transformações da sua paisagem urbana ocorridas ao longo de anos recentes, Lisboa pode ser considerada o retrato vivo de uma certa “monotonização do mundo” no que diz respeito à vivência cultural e histórica do humano no espaço da

cidade. Apesar de serem sobejamente conhecidas pelos constantes ecos quotidianos que nos chegam através dos meios de comunicação social, elenquemos brevemente algumas das causas que conduziram a este estado de coisas.

Descoberta como um centro de gravidade cosmopolita de organização de cimeiras do empreendedorismo tecnológico contemporâneo, Lisboa tem vindo a ganhar lugar de destaque internacional ao longo dos últimos anos, mercê de uma intensa campanha de promoção turística. No entanto, tal como Veneza ou Barcelona, a cidade tem sido vítima de um dos mais caóticos flagelos urbanos actuais, isto é, a crescente, desordenada e uniforme vaga do turismo de massas, fenómeno que tem gerado sucessivas implicações.

Uma delas é a angustiante gentrificação da sua zona histórica que tem conduzido ao empobrecimento e à uniformização da sua fauna humana. Alvo de uma especulação imobiliária feroz, o outrora quase moribundo e agora financeiramente apetecível centro histórico de Lisboa tornou-se num verdadeiro eixo de clivagens económicas e sociais, com franco prejuízo para os habitantes locais, o património humano desta zona da cidade, a maior parte das vezes condenados a assumirem uma condição suburbana por não conseguirem competir com a agressividade desmedida da racionalidade económica vigente.

Esta racionalidade tem agravado igualmente a metamorfose da paisagem material cultural e histórica de Lisboa, conferindo a esta alguns matizes muito próximos à Paris imaginária de Verne. Os efeitos da incessante especulação imobiliária repercutem um redesenhar da cidade que a vai assemelhando artificialmente a cidades confrontadas com o mesmo fenómeno, dissolvendo assim os laços de proximidade local entre os seus habitantes. Como nota e bem o arquitecto e urbanista francês, Paul Virilio, é “(...) a natureza da proximidade que liga os seres humanos entre eles na cidade” (Virilio, 2000: 44).

Tendência unidimensionalizante dos últimos anos em Lisboa com consequências para a sua ideia de cidade: germinam hotéis, *hostels* e condomínios de apartamentos de luxo. Florescem lojas *gourmet* e espaços de restauração variados. Despontam incontáveis espaços de comércio. Brotam edifícios empresariais de escritórios. Em traços gerais, a paisagem de Lisboa tem-se reinventado com base em critérios economicistas motivados pelo primado prático da utilidade.

Constatação da monotonização e uniformização da paisagem cultural e histórica da cidade em anos recentes: o desaparecimento de lojas locais tradicionais e, com isso, de retalhos da memória histórica de Lisboa. A extinção de cinemas independentes, exteriores ao espaço das grandes superfícies comerciais, embora este seja um fenómeno mais antigo, porém acentuado neste século. E, por último, o que nos faria equiparar a Lisboa do século XXI à imaginária Paris do século XX como cidades geminadas: o encerramento compulsivo de livrarias independentes e de alfarrabistas, muitas vezes o último reduto e lugar de encontro com obras olvidadas pela obtusa política comercial do mercado editorial.

O panorama que descrevemos acima não é um cenário específico de Lisboa, mas sim um desafio ao qual a cidade contemporânea em geral tem de responder. A desmaterialização da sua realidade cultural e histórica não se deve apenas à uniformidade da racionalidade económica. A digitalização tecnológica do real em curso tem também contribuído para esse fenómeno. A cidade no Antropoceno vive tensamente entre a virtualização da ágora, cuja digitalização do mundo fez migrar para o seu espaço incorpóreo certas modalidades do estar e do habitar físico da cidade, e a incessante perda referencial de lugares e memória dos mesmos.

Assumindo que “(...) o que está em causa por detrás da questão do espaço virtual, é a perda da cidade” (Virilio, 2000: 49) e que, simultaneamente, a racionalidade de um certo tipo de paradigma económico tem contribuído para o desmaterializar da realidade cultural e histórica da cidade, unidimensionalizando quer os seus lugares quer a sua memória, que ideia e que espaço de cidade poderemos habitar?

Massimo Cacciari, filósofo e autarca de Veneza entre 1993 e 2000, num breve mas luminoso ensaio singelamente intitulado *A Cidade*, alerta-nos que:

“Não existem dúvidas de que o território em que habitamos representa um desafio radical a todas as formas tradicionais da vida comunitária. O desenraizamento que produz é real. (...) Ora bem, será possível viver sem um lugar? Será possível habitar onde não existem lugares? O habitar não tem lugar lá onde se dorme e, por vezes, se come, onde se vê televisão e se diverte com o computador de casa; o lugar do habitar não é o mero alojamento. Só uma cidade pode ser habitada; mas não é possível habitar a cidade se ela não se dispuser a ser habitada, ou seja, se não «der» lugares.” (Cacciari, 2010: 35)

A racionalidade económica e a digitalização tecnológica da realidade têm suprimido diversas modalidades de vivência e habitação da cidade no Antropoceno, reduzido a diversidade de oferta dos seus lugares e contribuído para a implementação de um homogéneo modo de pensar o seu todo.

As propostas contemporâneas para repensar o modelo da cidade do futuro, em geral, incidem primordialmente sobre questões funcionais de arquitectura e planeamento urbanístico, de eficiência tecnológica e energética face aos efeitos das alterações climáticas, de descentralização de competências administrativas, da necessidade de encontrar novas formas de mobilidade e de rentabilizar redes de transportes públicos, por forma a diminuir o caótico tráfego automóvel.

Os paradigmas urbanísticos contemporâneos revelam, no entanto, uma insípida ausência de imaginação quanto à construção de lugares de habitabilidade da cidade no sentido enunciado por Cacciari. Talvez a isto não seja também alheio um acentuado declínio das humanidades como o que encontramos na Paris de Verne.

Esta situação apresenta consequências a diversos níveis. No fundo, o que está fundamentalmente em jogo é o próprio vínculo essencial da cidade e, por acréscimo, do humano: a sua natureza dialógica. Indissociáveis um do outro, estão ambos, porém, a perder-se um do outro. Como afirma Virilio, em relação a este tema: “(...) se amanhã nós começarmos a preferir o longínquo em detrimento do próximo, destruiremos a

cidade, isto é, o direito à cidade” (Virilio, 2000: 46).

Não constituirá a recusa da perda de lugares de habitação cultural e histórica, da supressão da sua memória, um inalienável direito à e da cidade pelo qual se deva lutar? Ou, ao contrário, cidadãos cada vez mais territorializados na dinâmica de um espaço virtual e incorpóreo onde parte da nossa vida se desenrola, saudaremos conformistas o paradigma tecnológico e económico unidimensionalizante que caracteriza de modo geral não só a cidade, mas diversos espectros do nosso tempo antropocénico? Virilio, lucidamente, recorda-nos que “Perdendo a cidade, perdemos tudo” (Virilio, 2000: 56). Perante a constatação deste facto, como resgatar a habitação de lugares da cidade no Antropoceno, cativa da contemporânea monotonização do mundo?

Zweig, no fim do seu ensaio, capitula resignadamente ante ela e incentiva-nos a procurar refúgio e linhas de fuga interior na consolação de um mundo intelectual cosmopolita, dissociando-se de apresentar qualquer solução para a combater. No entanto, os imensos desafios da cidade no Antropoceno não nos permitem a veleidade de seguirmos a mesma atitude resignada e conformista.

A busca de outros paradigmas para pensar e implementar uma outra ideia de cidade é uma exigência intelectual que deve estar no nosso horizonte. O modo de pensar a cidade no Antropoceno não pode ficar apenas entregue à agenda de interesses económicos imediatos e dependente da capacidade de encontrar soluções de cariz tecnológico como resposta aos seus desafios. Se persistir a tendência uniformizadora que tornou a cidade refém de um determinado modo de a pensar e de determinados modos de a habitar como consequência disso, nas próximas décadas indubitavelmente seremos ainda mais estranhos aos lugares que a cidade poderá ter para nos oferecer.

Se em certas dimensões, como defendemos, a ficção de *Paris no Século XX* é já parte integrante da relação quotidiana que mantemos com a realidade da cidade, a procura de lugares habitáveis no seu espaço, a criação de paradigmas urbanos alternativos no Antropoceno, necessitará de um contributo mais efectivo e mais fecundo dos métodos e instrumentos críticos que só as humanidades, no seu todo, podem fornecer.

As texturas com que se está a tecer a dinâmica do real indicam-nos que a bússola aponta na direcção contrária. Da melhor forma possível, há que resistir criticamente a essas tonalidades e procurar, à semelhança do que Ernst Bloch faz no *Princípio Esperança*, outros futuros possíveis para a ideia de cidade no Antropoceno. Caso contrário, o futuro poderá lembrar-nos o que Humphrey Bogart disse a Ingrid Bergman em *Casablanca*, não de forma romântica, mas numa evocação de conformismo perante as racionalidades tecnológica e económica: “Teremos sempre Paris (no Século XX)”.

REFERÊNCIAS

- Acciaiuoli, M. (2013). **Os Cinemas de Lisboa**: um fenómeno urbano do século XX. Lisboa: Bizâncio.
- Benjamin, W. (1999). Paris, the Capital of the Nineteenth Century (Exposé of 1935). In Benjamin, W. (1999). **The Arcades Project** (pp.3-13). Cambridge and London: Harvard University Press.
- Bloch, E. (1995). **The Principle of Hope**. Cambridge: The MIT Press.
- Cacciari, M. (2010), **A Cidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Dias, M.T. (1999). **Os Cafés de Lisboa**. Coimbra: Quimera.
- Evans, A. B. (1995). The “New” Jules Verne. **Science Fiction Studies**, 65, 35-46.
- Franck, D. (2001). **The Bohemians. The Birth of Modern Art: Paris 1900-1930**. London: Weidenfeld and Nicholson.
- Magalhães, P.G. (2014). **Belle Époque: a Lisboa de finais do séc. XIX e início do séc. XX**. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Massing, M. (2019). Are the Humanities History? [Online], disponível em <https://www.nybooks.com/daily/2019/04/02/are-the-humanities-history/> [consultado em: 15 Abril 2019].
- Murger, H. (2012). **Scènes de la vie bohème**. Paris: Editions Flammarion.
- Pinheiro, M. (2011). **Biografia de Lisboa**. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rio, J. do (2011). **A Alma Encantadora das Ruas**. Lisboa: Alfabeto.
- Seigel, J. (1986). **Bohemian Paris: Culture, Politics and the Boundaries of Bourgeois Life**. New York: Viking Press.
- Taves, B. (1997). Jules Verne’s Paris in the Twentieth Century. **Science Fiction Studies**, 71, 133-138.
- Uzanne, O. (2010). **O Fim dos Livros**. Lisboa: Palimpsesto.
- Verne, J. (1995). **Paris no Século XX**. Lisboa: Bertrand Editora.
- Virilio, P. (2000). **Cibermundo: A Política do Pior**. Lisboa: Teorema.
- Wiser, W. (1983). **The Crazy Years: Paris in the Twenties**. New York: Atheneum.
- Zweig, S. (2013). A Monotonização do Mundo. In Zweig, S. (2013). **O mundo insone e outros ensaios** (pp.129-133). Rio de Janeiro: Editora Zahar.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA IZABEL MACHADO Possui graduação (Bacharelado em Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia.

Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas.

Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio.

No ensino superior atuou na Universidade Federal do Paraná (Departamento de Sociologia), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Departamento de Educação) e atualmente atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), ministrando disciplinas de sociologia da educação, cultura brasileira e gênero. Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura.

Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes 52, 56, 59, 60, 61, 62
Acumulação Flexível 53, 54, 56
Antropoceno 39, 40, 42, 45, 46, 48, 49
Autointerpretação 21, 24
Autonomia 8, 11, 13, 16, 24, 29, 43, 64, 65, 72, 80, 95, 110

B

Banalidade Do Mal 35

C

Cidade 22, 26, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 62
Conflito 2, 4, 6, 20, 28, 31, 33, 67
Consciência De Si 30, 105, 107

E

Ecologia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123
Ecosofia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124
Educação 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 29, 35, 91, 107, 111, 113, 114, 115, 123, 125
Ensino De Filosofia 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Ensino Engajado 105, 111, 113
Escola De Frankfurt 78
Estética 9, 10, 11, 15, 19, 53, 83, 84, 90, 106
Ética 28, 29, 35, 53, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 95, 101, 121
Eugenia 63, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 74

F

Filosofia Do Direito 91, 92, 93, 95, 101, 104

G

Genética 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73

I

Identidades 27
Industria Cultural 17

L

Liberdade 2, 3, 7, 12, 14, 16, 29, 37, 43, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 87,

88, 89, 100, 101, 106, 107, 108

Linguagem 12, 14, 21, 22, 63, 65, 67, 68, 69, 73, 74, 102, 108

M

Massificação 8, 12, 16, 17, 58

Materialismo Histórico 75, 76, 77, 78, 79, 82

Mecanosfera 121

Meio Ambiente 15, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Modernidade Líquida 35, 37

Moral 20, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 63, 69, 71, 72, 74

N

Nazismo 35, 36, 80

Neomarxismo 75

Norma 31, 71, 91, 94, 95

P

Performance 83, 87, 88, 89

Pulsão 1, 3, 6

R

Razão Comunicativa 63

S

Sufrimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 12, 37

T

Tecnologia 8, 15, 39, 40, 41, 42, 52, 58, 81, 115, 124

Telefonia Móvel 52, 58, 59

Teoria Crítica 10, 15, 19, 54, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Teorias Do Reconhecimento 20

Trânsito 41, 52, 56, 58, 60, 61, 62

Trieb 1, 2, 3, 4, 6, 7

U

Unidimensionalidade 39, 42, 46

V

Valor 23, 24, 25, 91, 93, 94, 95, 97, 101, 119, 120

Vontade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 23, 31, 32, 33, 84, 99, 118

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-708-6



9 788572 477086